



PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO
(*Técnico superior – área de ENGENHARIA CIVIL*)

Bibliografia para a Prova de Conhecimentos

TEMAS:

- Regime jurídico das autarquias locais e do associativismo autárquico;
- Contratação pública e regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Salvaguarda, conservação e recuperação de património cultural;
- Regime jurídico das obras ou intervenções sobre bens culturais classificados;
- Política de ordenamento do território;
- Gestão de fundos comunitários.

BIBLIOGRAFIA:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Estatutos da VALSOUSA (publicados sob Anúncio n.º 4922/2009, Diário da República, 2.ª série, n.º 122, de 26 de Junho de 2009);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro;
- Regime da gestão de resíduos de construção e demolição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro;
- Regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e republicado pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro;
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal;
- Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, republicada pela Lei n.º 40/2015, de 01 de junho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção e fiscalização de obras públicas;



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

- Regime da acessibilidade dos espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;
- Lei de Bases do Património Cultural, aprovada pela Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro;
- Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro;
- Carta de Atenas (1931);
- Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro;
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de junho, que estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus;
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabelece o Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020;
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020.

----- x -----